

# CRÍTICA DA RAZÃO CIENTÍFICA: sociologias do (des)conhecimento

**Alyson Thiago Fernandes Freire<sup>1</sup>**

IFRN: <https://orcid.org/0000-0001-6673-6289>

**Lucas Trindade da Silva<sup>2</sup>**

UFRN: <https://orcid.org/0000-0003-3390-2046>

DOI: [10.21680/1982-1662.2020v3n29ID23726](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n29ID23726)

Se na França, a força da filosofia positiva fez com que o diagnóstico da crise da ciência fosse adiado por meio de uma compreensão naturalista do empreendimento científico-social, na Alemanha, sob os fortes influxos do romantismo, do historicismo, do neokantismo e da hermenêutica, as ciências sociais já nascem, em fins do século XIX e começo do XX, sob o signo da crise. Contra a conversão da ciência natural em cosmovisão totalizante, trata-se de mais uma vez realizar uma crítica da razão, desta vez histórica, apontando os seus limites ao tempo que são definidas as suas capacidades particulares enquanto ciências históricas e da cultura, ciências da realidade e não dos conceitos.

Em Max Weber, essa tensão é levada ao paroxismo. Em sua obra coexistem as duas séries. Por um lado, a fundação de uma ciência social capaz de unir os polos da explicação causal e da compreensão interpretativa, assim como de realizar a crítica científica dos juízos de valor. Por outro lado, o diagnóstico de um domínio crescente, na modernidade, da racionalização formal - cognitiva, mercantil e burocrática - em detrimento das dimensões moral-prática e estético-expressiva da vida. Diagnóstico que terá particular força na crítica do presente operada por autores como Lukács, Adorno, Horkheimer, Benjamin e Marcuse, para os quais, após duas guerras mundiais e a barbárie fascista, não resta dúvidas, com diferentes ênfases e temas, sobre o processo de

---

<sup>1</sup> Email: [alyson.freire@ifrn.edu.br](mailto:alyson.freire@ifrn.edu.br)

<sup>2</sup> Email: [trindadelucas88@gmail.com](mailto:trindadelucas88@gmail.com)

identificação entre ciência e técnica, conhecimento e dominação, racionalização e empobrecimento da experiência.

Em contexto distinto, mais de duas décadas após o horror de Hiroshima, Habermas, numa apropriação crítica daqueles autores, versará sobre a conversão da técnica e da ciência em ideologia. O diagnóstico aponta para a tendência de avanços em conhecimento e controle das coisas naturais e humanas pelo complexo técnico-científico tornarem-se formas de legitimação e reprodução de arranjos sociais específicos, como se contextos sócio-culturais (mundo da vida) fossem regidos pelos mesmos critérios de contextos instrumentais (sistêmicos), como se a política fosse uma questão de tecnocratas.

Lastreado numa vigorosa tradição de reflexão sobre a história da ciência e de epistemólogos debruçados sobre as ciências naturais, Foucault representa, na França, um acordar do sono cientificista. A sua arqueologia já coloca entre parênteses o problema da verdade das formações discursivas e conjuntos de enunciados das ciências humanas, abandonando o problema do corte ou ruptura epistemológica da ciência em relação ao senso comum (embora seja central a identificação das discontinuidades no interior das formações discursivas). A sua abordagem genealógica, por sua vez, converge, num amplo sentido, com aquele programa que revela o entrelaçamento entre conhecimento e dominação ao investigar, mais especificamente, em diversas práticas, os vínculos entre regimes de poder e regimes de verdade, revelando como toda luz da razão - filosófica e científica ocidentais, em particular - implica a produção política de sombras, margens, invisibilidades, mutismos e interditos.

O exílio prolongado de Marcuse fecunda, no solo da nova potência econômica e geopolítica global do pós-guerra, as sementes da crítica à redução instrumental da razão científica. Semente que germina, no entanto, rodeada, pelo imenso aparato do complexo industrial-militar e dos institutos de pesquisa avançada, fortemente financiados por magnatas industriais e atrelados a horizontes de reforma/controlado não só das contingências naturais, mas também da chamada questão social. Aqui vale salientar a emergência de uma metanarrativa alcunhada como teoria da modernização, que buscava elaborar estágios (objetivos e disposicionais) bem definidos do tortuoso caminho à modernidade (não por acaso coroada pelos EUA). Teoria esta que, inclusive, oferecia, a custos que só posteriormente foram ficando claros, os seus serviços

(financeiros, tecnológicos e humanos) para induzir a decolagem de países subdesenvolvidos, ou melhor, na terminologia do tempo, em fase de transição para a modernidade.

Também no mundo soviético, a conversão do marxismo em ideologia de Estado reduziu-o à tese do primado do desenvolvimento das forças produtivas como expediente necessário para um posterior aprofundamento de novas formas de relações sociais para além do produtivismo. Algo não muito dessemelhante à conversão da técnica e da ciência em ideologia denunciada por Habermas. O tortuoso caminho do cinema metafísico de um Tarkovski, o arcaísmo de um Paradjanov, assim como o antipositivismo convicto de um Ilienkov aparecem como ilhas em um oceano de entusiasmo, entre ingênuo e estratégico, com a função da ciência e da técnica para o alvorecer de um mundo novo.

As antigas colônias de recente emancipação político-nacional também mimetizaram ou modularam com euforia o discurso do desenvolvimento e da modernização. As teorias do subdesenvolvimento e da dependência não demoraram a emergir, porém, como crítica, mais ou menos radical, aos desenvolvimentismos variados fundamentados em modelos científicos abstratos da ação e dos processos sócio-econômicos. Para as alas mais radicais, de Gunder Frank à teoria marxista da dependência, todos sem nunca abandonar o terreno da ciência e da crítica científica, o capitalismo colocaria limites estruturais e históricos incontornáveis para a autonomia de formações sócio-nacionais pós-coloniais e periféricas no contexto do capitalismo monopolista.

O horror da instrumentalização da ciência e da medicina para fins eugênicos, o relatório Krushev, a face autocrática da república dos soviets revelada na Hungria e depois em Praga, as lutas por independência e descolonização, as lutas antirracistas, os movimentos negros e feministas, as batalhas na Argélia contra o imperialismo francês, as insurreições de 1968, o “desenvolvimento” levado a cabo por ditaduras militares na América Latina, o movimento por direitos civis, a crítica do imperialismo estadunidense no Vietnã, a crítica de correntes maoístas ao primado das forças produtivas, o ocaso da URSS enquanto utopia de um planejamento racional e cientificamente fundado das dinâmicas sociais, todos estes eventos, dentre inúmeros outros, foram historicamente relevantes para compreender um desencanto profundo e amplo em relação ao motor

maior de desencantamento do mundo: o complexo técnica-ciência. Este se mostrava particularmente dócil aos poderes constituídos e acrítico em relação às hierarquias e assimetrias sociais de toda ordem. Avesso da liberação, a ciência aparecia como instrumento da distopia asfixiante em uma sociedade administrada, múltipla em suas formas de exploração e dominação. Com a entrada decisiva em cena de movimentos diversos contra uma relação predatória com a natureza, outro forte flanco de crítica à fraternidade ciência-técnica consolida-se: os resultados catastróficos de uma concepção puramente coisal, objetificadora, da natureza do ponto de vista teórico, empírico e, sobretudo, prático.

Como dínamos de tais eventos atrela-se uma primavera de movimentos emancipatórios que - para além da crítica à ciência burguesa e à luta de classes na teoria, típica de organizações, intelectuais e partidos socialistas e/ou comunistas - apontam, prenhes de fundamentos e rigor, os inúmeros vieses reificantes (da natureza e do humano), eurocêntricos, raciais, patriarcais, nacionalistas a saturar de ponta a ponta - em seus pressupostos, métodos, técnicas e resultados - a prática científica.

Numa dupla hermenêutica, esta ampla crítica atuante nas ruas, praças e, cada vez mais, nas redes virtuais também consolidou e consolida programas de investigação e estudos variados nas academias de todo o mundo: estudos sociais da ciência e da tecnologia; (neo) pragmatismos e pragmáticas; construtivismos e construcionismos, fracos e fortes; desconstrução; esquizoanálise; antropologia simétrica e teoria do ator-rede; perspectivismo e multinaturalismo; virada ontológica; crítica colonial, estudos subalternos, pós-coloniais e decoloniais; estudos culturais; estudos de gênero; teorias queer; teorias dos pontos de vista, etc.

Mais ou menos explicitamente, mais ou menos politicamente engajados, mais ou menos comprometidos com o projeto de ciência ou, pelo contrário, com a sua negação, a maioria destes estudos compartilha com certo tom daquilo que vimos em Foucault: a verdade da ciência é em grande medida colocada entre parênteses em favor de uma análise de suas práticas, de seus jogos discursivos, de suas ambivalências, de seus frágeis fundamentos, de seus vínculos com relações de poder e dominações diversas. Definitivamente, a autoridade, legitimidade e o prestígio de verdade da comunidade científica fundada em si e para si mesma há anos tornou-se completamente insustentável. Numa dinâmica que tem nela mesma um impulso fundamental, a ciência

tornou-se e torna-se crescentemente não só o sujeito da crítica, mas o seu objeto, questionada amplamente não só por uma comunidade interna de iniciados, mas por escrutínio e inquirimento públicos.

Tal colocar entre parênteses a verdade (seja como adequação, seja como valor) da ciência pela diversidade de estudos e abordagens acima citados não implicou, nos parece, o abandono de critérios lógicos e empíricos ou, até mesmo, poderíamos dizer, de razoabilidade, clareza e consistência para fundamentar suas críticas às práticas discursivas, aos regimes de verdade ou aos vínculos da ciência com formas múltiplas de dominação. A fundamentação do argumento crítico a partir de uma reconstrução imanente ou de um conhecimento aprofundado do objeto da crítica, em suma, a lógica do melhor argumento, não deixou e não deixa de ser o parâmetro, mais ou menos compartilhado, da agonística e da crítica da razão científica nas abordagens supramencionadas.

Mais recentemente, no entanto, a crítica da ciência assumiu na esfera pública uma nova faceta ceticista. Dessa vez, mais obstinada, irreduzível e virulenta na defesa de obscurantismos e de negacionismos variados, mais avessa à consideração de argumentos racionais e, preocupantemente, por conta dos novos e eficazes meios técnicos e estratégias de comunicação dos quais se vale, com crescente aceitação e difusão social. Seu arco de vítimas não parece limitado a este ou aquele ramo do pensamento científico. Na verdade, das ciências humanas e sociais às ciências da saúde, passando pelas ciências climáticas e a física, todas elas entraram na mira de seus ataques e desconsideração violenta.

Não se trata de indicar as incoerências lógicas ou empíricas de uma proposição para assim superar ou ao menos pretender superar, englobando, aquilo que consiste em objeto da crítica, mas de, por um lado, negar a posição contrária a partir de procedimentos que vão do falseamento parcial até a mais completa deturpação. Por outro lado, mais do que negação, trata-se de impor, afirmar, positivar, de modo repetitivo e compulsivo, e com o uso das mais distintas técnicas e meios, uma ideia até que esta seja tomada como verdade, ou melhor, paixão incontestável. Dito de outro modo, o negacionismo não apenas nega, ele afirma concepções, crenças e ideias motivadas e fundamentadas em compromissos ideológicos, políticos, morais e afetivos.

A temperança e a disposição ao outro necessárias para a crítica racional dão lugar a um predomínio dos afetos e das paixões onde o que importa em todo o processo é afirmar aquilo em que já se acreditava antes de qualquer situação de comunicação. A prática da crítica, como produção do não-saber, da ignorância e do falso, assume uma dinâmica discursiva e estratégica de poder, visando o desnorteamento da opinião pública e a deslegitimação sistemática das instituições.

Os desdobramentos desta nova onda de negacionismo e ataques à ciência estão longe de poderem ser resumidos em um fenômeno caricato de fanatismo e de seitas desarrazoadas, politicamente inexpressivo e socialmente inofensivo, mais objeto de riso e troça do que de preocupação societária. Pelo contrário, seus discursos, não raro coadunados com interesses econômicos e políticos poderosos, têm influenciado comportamentos, resultados eleitorais, políticas públicas e a percepção coletiva sobre temas e problemas bastante relevantes e cruciais para o presente e futuro das sociedades. Com efeito, suas consequências práticas atingem o trabalho e a credibilidade de instituições variadas e impactam, concretamente, as condições de acesso e efetividade dos direitos de grupos sociais mais vulneráveis, como comunidades indígenas e mulheres em situação de violência. A atual pandemia, o negacionismo de vacinas e a adoção de medicamentos e tratamentos sem validação científica que temos, estupefatos, assistido nos últimos tempos, escancara a seriedade com a qual devemos estudar e entender esse fenômeno social em suas múltiplas dimensões e afinidades. Em outras palavras, os negacionismos e o anti-intelectualismo contemporâneo são ameaças reais não apenas à saúde humana, mas à convivência social, à democracia e seus avanços em matéria de igualdade e reconhecimento.

Diante deste cenário, o dossiê “Crítica da Razão Científica: Sociologias do (Des)conhecimento” coloca-se como um convite à ampla reflexão acerca do lugar, das ambivalências e das disputas entre ciência e crítica em tempos de pós-verdade, assim como as suas diversas implicações sociais, políticas, éticas e culturais.

Um frutífero e recente campo de investigação sobre a crítica da razão científica foi aberto pelos estudos sobre a produção social da ignorância, ao qual, neste dossiê, buscamos dar uma particular centralidade. Assim, Rute Rocha Maia traduziu importante texto de Linsey McGoey, artigo que abriu o dossiê sobre esse campo em 2012, na revista *Economy and Society*. Neste trabalho, McGoey lança as bases para um tratamento

sociológico da ignorância considerando-a uma forma de poder, socialmente constituída e empregada estrategicamente de maneira capilar na sociedade, para se obter vantagens materiais e imateriais. Com a tradução, acreditamos que os leitores e pesquisadores sociais brasileiros terão em suas mãos uma importante, e ainda pouco conhecida, referência bibliográfica deste tema tão em voga, que é o negacionismo e o antiintelectualismo, e de como abordá-lo com rigor teórico e científico.

Em continuidade, seguindo o fito de compor e oferecer uma introdução à pesquisa sociológica acerca da problemática da ignorância e do negacionismo, entrevistamos Cynthia Hamlin, socióloga e referência destacada e incontornável da produção nacional das ciências sociais a esse respeito. Com o rigor e o embasamento que lhe são costumeiros, Hamlin coloca em tela as inextricáveis e problemáticas relações contemporâneas entre ciência, política e educação. Como uma aula, Hamlin organiza as diferentes contribuições que a teoria sociológica pode aportar para compreensão fundamentada da ignorância como fenômeno social ao mesmo tempo em que passa em revista a formação e as principais linhas desse tenro campo de estudos sociológicos. Seus temas diletos de pesquisa, tais como o realismo crítico, gênero e epistemologia feminista também, como não poderia deixar de ser, se fazem presentes na entrevista.

Também o artigo de Clarissa Mendes Gonçalves, “Saber científico e corpos femininos: quando a ignorância se transforma em epistemologia”, estabelece um diálogo com o campo dos *ignorance studies*. Clarissa busca articular as ferramentas analíticas da epistemologia da ignorância à epistemologia feminista para discutir os meandros de um saber científico sobre os corpos femininos, que vai do surgimento da ginecologia à descoberta do aparelho reprodutor destes corpos, que se mostrou sistematicamente imperfeito e violento, sobretudo no que se refere ao corpo de mulheres negras.

Alipio de Sousa Filho, em seu artigo “‘A terra é plana’: o obscurantismo cínico dos negacionistas”, busca definir a especificidade das reações, individuais e coletivas, contra o conhecimento científico não como um mero obscurantismo que, pela ausência de predicação, poderia ser lido como mobilizado por agentes destituídos de verdadeiro acesso à lógica e à prática da produção científica. Para Alipio, sem rodeios e concessões, deve-se adjetivar decisivamente o obscurantismo atual como um obscurantismo cínico:

baseado não em ignorância e ingenuidade, mas, pelo contrário, ciente, deliberado e militante em suas investidas contra a razão científica.

A convergência entre negacionismos e interesses político-ideológicos é objeto, por sua vez, do artigo de Emanuel Freitas da Silva e Emerson Sena da Silveira. Com pertinente e ilustrativa evidência empírica, os autores desembaraçam o novelo das afinidades entre setores evangélicos, governo Bolsonaro e a mobilização anticiência no contexto da pandemia de Covid-19 e suas disputas e polêmicas públicas em torno do isolamento e dos supostos tratamentos.

O artigo de Rayann K. M. de Carvalho ampara-se em autores do chamado giro decolonial para, por um lado, pensar os limites da compreensão moderna de conhecimento, que encobre seus vínculos com a colonialidade e tem, nesse encobrimento, a filosofia e os direitos humanos como aliados fundamentais. Por outro lado, Rayann articula a proposta de desobediência epistêmica como movimento necessário para um alargamento do que se concebe como conhecimento.

Por fim, desejamos que todas, todos, e todes possam desfrutar de uma leitura informativa, inquietante e produtiva. Esperamos que as reflexões e discussões aqui desenvolvidas sejam estimulantes e frutíferas para a construção de entendimentos e questionamentos mais apurados e embasados acerca deste que parece ser um novo momento de “crise” da razão científica em nossas sociedades.